

Reativado Comitê do Parque Municipal

Atuação integrada é uma das reivindicações da Unita para garantir a mobilidade

Mês do Cliente: Águas do Imperador faz campanha com descontos de até 80%

Águas do Imperador deu início a campanha do Mês do Cliente com condições espaciais para a quitação de débitos com a concessionária. Os clientes podem obter descontos de até 80% nos débitos e parcelamento em até 48 vezes, além de isenção de juros e multas por atraso, de juros sobre o parcelamento e isenção da taxa de religação. As condições foram facilitadas para que os clientes possam regularizar suas contas vão até o dia 15 de outubro.

Além disso, a concessionária prorrogou, até o dia 3 de outubro, a Campanha de Ligação Nova de Água, que oferece 50% de desconto para novas ligações comerciais e residenciais, sem entrada e parcelamento em até 10 vezes sem juros.

Para aproveitar os descontos, basta comparecer à loja de atendimento da concessionária, localizada na Rua Irmãos D'Angelo, 82, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h.



CLIENTES em atraso podem negociar dívidas e garantir descontos de até 80%

O Parque Municipal Paulo Rattes, em Itaipava, voltou a ter um comitê ativo. A primeira reunião marcando a retomada ocorreu nessa quarta-feira (17) e teve a participação de secretários municipais, representantes de associações e empresários locais. A Unita – Unidos por Itaipava – que tem como pauta a mobilidade, e entende que eventos no Parque precisam de atenção especial para garantir a fluidez do distrito, esteve presente apontando a retomada como atendimento a uma das reivindicações da entidade empresarial. O encontro marcou o início da revisão do regimento interno do espaço, considerado a maior área de lazer de Petrópolis, com 10 mil m² e palco de eventos de grande porte ao longo do ano.

Entre as deliberações, ficou definido que o novo regimento não tratará apenas das atividades realizadas dentro do parque, mas também contemplará ações voltadas ao entorno, com foco em mobilidade, segurança, limpeza e ordenação. A área de abrangência definida vai da entrada de Bonsucesso até o Shopping Locanda.

“É fundamental termos um plano de ação estruturado para cada grande evento realizado no Parque de Exposições. Isso garante não só a organização do espaço interno, mas também o bem-estar de quem mora, traba-



DIVULGAÇÃO

EVENTOS no Parque precisam de atenção especial para garantir a fluidez

lha e circula pelo entorno”, destaca Fabrício dos Santos, secretário da Unita por Itaipava.

Estiveram presentes os secretários de Turismo, Pablo Kling; de Cultura, Adenilson Honorato; de Esporte, Leandro Kronemberger; e de Meio Ambiente, Pedro Alcântara, além de outros representantes da Prefeitura, técnicos de pastas que integram o comitê. Entidades como o Petrópolis Convention & Visitors Bureau, representada pelo diretor Patrick Gercy, também estiveram presentes.

As próximas reuniões do comitê deverão definir em detalhes as responsabilidades de cada

secretaria envolvida e estabelecer regras para a apresentação dos eventos com antecedência. O próximo encontro de trabalho está marcado para 1º de outubro, já para aprovação da revisão do regimento interno.

Para o presidente da Unita, Alexandre Plantz, a reativação do comitê representa um avanço para a cidade. “O Parque de Exposições é um patrimônio de Petrópolis e precisa de uma gestão integrada. O comitê fortalece a participação da sociedade civil e do poder público, garantindo mais eficiência e segurança na realização dos eventos”, afirma.

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 19/09/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

EDITAL DIV. Nº 38/2025
(Publicado em 17/09/2025)

O Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis e a Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos, no intuito de ampliar a participação popular e promover a transparência na gestão da Educação e de acordo com o Processo ADM. Nº 964/2025, COMUNICAM que será realizada a Audiência Pública para a apresentação do Relatório da Secretaria de Educação do Segundo Quadrimestre de 2025, pelo Poder Executivo, conforme estabelece a Resolução nº 88/2016, no dia 24 de setembro de 2025, às 19:00h, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, nos termos da Lei Municipal nº 8.860 de 03 de agosto de 2024.

Informamos ainda que a mesma será transmitida, em tempo real, através do canal TV Câmara Municipal de Petrópolis no Youtube ou pela Speed Fiber nos canais: Digital 23.2 e analógico 98.

Petrópolis, 16 de setembro de 2025.
Júnior Coruja
Presidente
Profª. Lívia Miranda
Presidente da Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos

ATA DA 18ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e trinta e um minutos o Vereador Gil Magno declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Wesley Barreto que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** GP Diversos nº: 482/2025 CMP (8460/2025); GP Diversos nº: 489/2025 CMP (8483/2025); GP Diversos nº: 578/2025 CMP (8503/2025); GP Diversos nº: 566/2025 CMP (8504/2025); GP Diversos nº: 579/2025 CMP (8505/2025); GP Diversos nº: 570/2025 CMP (8506/2025); GP Diversos nº: 580/2025 CMP (8507/2025); GP Diversos nº: 568/2025 CMP (8508/2025); GP Diversos nº: 582/2025 CMP (8509/2025); GP Diversos nº: 560/2025 CMP (8510/2025); GP Diversos nº: 581/2025 CMP (8511/2025); GP Diversos nº: 8512/2025 CMP (8564/2025); GP Diversos nº: 567/2025 CMP (8513/2025); GP Diversos nº: 573/2025 CMP (8514/2025); GP Diversos nº: 577/2025 CMP (8515/2025); GP Diversos nº: 574/2025 CMP (8516/2025); GP Diversos nº: 569/2025 CMP (8517/2025); GP Diversos nº: 575/2025 CMP (8518/2025); Projeto de Lei nº: 7858/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Projeto de Lei nº: 8411/2025 do Vereador Junior Paixão; Projeto de Lei nº: 8480 e 8502/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Requerimento de Informação nº: 8478/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Requerimento de Informação nº: 8519 e 8520/2025 do Vereador Léo França; Requerimento de Informação nº: 8528/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação Legislativa nº: 7853/2025 do Vereador Léo França, da Vereadora Gilda Beatriz, da Vereadora Professora Lívia e da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação Legislativa nº: 8449 e 8450/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Indicação nº: 8383/2025 do Vereador Tiago Leite; Indicação nº: 8404, 8406, 8608, 8413, 8437 e 8441, 8443 e 8445, 8448, 8498, 8500 e 8501/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 8405, 8488, 8495 e 8527/2025 do Vereador Dr.

Aloísio; Indicação nº: 8407, 8414, 8451, 8453, 8455, 8457 e 8459/2025 do Vereador Wesley Barreto; Indicação nº: 8415, 8464 e 8465/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 8418 a 8425, 8429, 8430, 8432 a 8435 e 8522/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 8442, 8463, 8471 e 8476/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 8452 e 8524/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 8466 a 8470, 8479, 8481 e 8494/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 8472, 8473, 8475, 8482, 8489, 8490, 8491, 8493, 8496 e 8497/2025 do Vereador Dudu; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: **1) LEO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. **Destacou que traria alguns assuntos importantes e pediu a atenção especial de todos os colegas.**

Em primeiro lugar, agradeceu aos vereadores e vereadoras pela aprovação de uma indicação de sua autoria, ressaltando que não foi uma vitória pessoal, mas sim da cidade de Petrópolis. Explicou que percebeu que o Fundo Municipal de Turismo vem sendo utilizado para custear viagens para destinos como Bahia, Recife e resorts, enquanto crianças do município estão sem merenda escolar. Agradeceu novamente o gesto da Câmara ao aprovar sua indicação na última quarta-feira. Ele mencionou que, após anunciar que faria a indicação, chegou a ser criticado no Conselho de Turismo, que emitiu nota de repúdio contra ele, argumentando que a verba da merenda seria carimbada pelo governo federal. Contestou tal afirmação, esclarecendo que apenas cerca de 20% da merenda escolar é custeada pela União, sendo os outros 80% de responsabilidade do município. Lamentou que o prefeito não faça os aportes necessários e destacou que a LOA de 2026 enviada à Câmara não destina recursos da fonte 00 para merenda, utilizando apenas a verba do PNAE e royalties. Segundo ele, a crise da merenda tende a se agravar no próximo ano, já que o prefeito tem outras prioridades, como retirar dinheiro da alimentação escolar para repassar às empresas de ônibus. Criticou ainda a postura do secretário de Turismo, lembrando que sua mãe foi professora da rede municipal e sempre defendeu a educação de qualidade, enquanto hoje ele atua contra a merenda escolar. afirmou que continuará defendendo as crianças da cidade, que precisam de educação, merenda e saúde de qualidade, denunciando os gastos do governo com viagens e passeios turísticos sem resultados práticos. Em seguida, abordou o atraso no pagamento de estagiários, RPAs e profissionais vinculados a projetos educacionais. Informou que encaminhou ofício à nova secretária de Educação solicitando uma data para a regularização, uma vez que os trabalhadores têm contas a pagar e não podem ser prejudicados por má gestão. Relatou visita realizada no dia 3 de janeiro às ruas Nova, 24 de Maio, Primeiro de Maio, Modesto Garrido e Rua Paulista. Disse ter enviado ofício ao prefeito, à secretária de Assistência Social e ao secretário de Defesa Civil solicitando vistoria nas obras da Rua Nova. Ressaltou que, apesar de o governo estadual ter dado aceite definitivo, as obras não estão concluídas. Relatou que, na Rua Primeiro de Maio, as obras iniciadas em 2023 estão paralisadas, com mais de cem manilhas ocupando as calçadas e obrigando pedestres a circularem pela rua. Questionou a paralisação, apesar de haver recursos em caixa. Posteriormente, relatou que, ao passar pela Rua Imperatriz, verificou que estruturas de um evento estavam sendo fixadas diretamente em árvores tombadas, como coqueiros, pinheiros e ipês. Classificou o ato como crime ambiental e

anunciou que faria denúncia à Secretaria de Meio Ambiente, à DPMA e ao INEA, uma vez que o evento também recebe financiamento estadual. Antes de concluir, comentou a falta do governo sobre o Hospital Alcides Carneiro. Ressaltou que, apesar da alegação de dívidas, a área da saúde foi exemplo na gestão do ex-prefeito Rubens Bomtempo, quando todas as UPAs e postos de saúde funcionavam, e o hospital era referência até para pacientes de outros municípios. Exigiu transparência do atual prefeito sobre a real situação financeira, defendendo que os vereadores tenham acesso aos números. Finalizou criticando a postura do chefe do Executivo, que, segundo ele, age como se tivesse domínio de tudo, mas deixa problemas graves sem solução. Listou cinco capítulos que marcam a atual administração: falta de merenda, falta de medicamentos, obras paralisadas, ausência de pagamento do INSS e falta de repasse para consignados dos servidores. Destacou que os trabalhadores, que já arcam com os empréstimos, estão sendo lesados pela retenção indevida de valores, o que configura apropriação indevida. afirmou que continuará cobrando providências. Agradeceu e despediu-se. Registre-se que o Vereador Gil Magno solicitou que constasse em ata que, diante da situação da merenda escolar, realizou visitas a algumas escolas. Destacou que, dentro de suas atribuições, tomou a iniciativa de oficiar a Secretaria de Governo e a Secretaria de Educação (Poliana), informando que está destinando suas emendas impositivas referentes à área da educação, no valor de aproximadamente R\$ 395.000,00, para a merenda escolar ainda neste ano. Explicou que, apenas em 2025, serão R\$ 95.000,00 de emendas impositivas direcionadas para garantir a alimentação dos alunos. Pediu compreensão às diretoras e diretores das escolas contempladas por suas emendas, ressaltando que, diante do estado de calamidade anunciada, a prioridade deve ser assegurar a merenda. Acrescentou ainda que repetirá a destinação de emendas impositivas para as escolas no próximo ano, quando a votação dessas emendas for realizada novamente na Câmara Municipal. Registrou, por fim, seu compromisso com essa medida. Ato continuou. **2) JULIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Voltou à tribuna para cobrar o pagamento dos profissionais da educação. Informou ter recebido a notícia de que os servidores teriam começado a receber os vencimentos naquela tarde, após realizar uma paralisação. No entanto, destacou que essa dificuldade já se tornou rotina, pois todos os meses é necessário cobrar para que o pagamento seja feito. Ela reconheceu a crise financeira e orçamentária do município, mas afirmou que é preciso respeitar os trabalhadores. Ressaltou a gravidade de exercer a função durante todo o mês e não receber na data correta, além da ausência de informações sobre prazos para o pagamento, o que prejudica a organização dos servidores, já que as contas e boletos não esperam. Criticou ainda a falta de comprometimento do Executivo municipal com a transparência. Defendeu que seja estabelecido um cronograma oficial de pagamentos, para que os trabalhadores possam se organizar e tenham dignidade. Lembrou que esse apelo já foi feito outras vezes e reiterou o pedido. Na sequência, chamou atenção para o prazo dado pela Justiça ao município para apresentar um cronograma de resolução dos contratos em modelo RPA, fixando 60 dias para que a Prefeitura apresente um projeto sobre a questão. Criticou esse modelo de contratação, que considera precário e prejudicial ao funcionalismo público. Defendeu a necessidade de uma alternativa que garanta direitos aos trabalhadores, citando que áreas como saú-

de, educação e, principalmente, assistência social contam com grande número de contratados nesse regime. Destacou que atualmente 74% da assistência social é composta por servidores em RPA, sem direito a férias, 13º salário, feriados ou estabilidade. Reforçou a defesa de concursos públicos como medida fundamental para gerar empregos de qualidade, fortalecer o funcionalismo e permitir que os atuais contratados em RPA possam ingressar como servidores efetivos. Apontou que os concursos também contribuem para o equilíbrio financeiro do Instituto de Previdência Municipal (INPAS), especialmente em um momento em que a Câmara discute a reforma previdenciária que prevê aumento da alíquota de contribuição. Alertou que o equilíbrio do INPAS não pode ser alcançado às custas do salário dos servidores e que, sem novos concursos, haverá necessidade de futuras reformas com novos aumentos de descontos. Ela ressaltou que a cidade possui menos de seis mil servidores, número insuficiente para o tamanho do município, e que o fortalecimento do funcionalismo garante direitos tanto para a população quanto para os próprios trabalhadores. Defendeu concursos para a área da assistência social, saúde e educação, sobretudo após a revogação do Decreto 555, que previa a terceirização de cargos como inspetor, merendeira e intérprete de Libras. Em seguida, relatou visita realizada no final de semana, ao lado do deputado estadual Yuri Moura, aos bairros Bela Vista e Nova Cascatinha. Destacou que muitas obras referentes à tragédia de 2022 ainda não foram entregues e que algumas sequer foram iniciadas, apesar de haver projeto e recursos federais disponíveis. Mencionou, por exemplo, a situação do Morro do Pinto, onde os moradores aguardam a liberação para retornar às suas casas. Defendeu que a moradia popular deve ser tratada como prioridade na cidade. Ela anunciou que encaminhará ofícios pedindo reuniões com o objetivo de obter prazos concretos para o início e conclusão das obras, garantindo que as famílias possam retornar às suas comunidades. Reforçou a necessidade de avançar em políticas de habitação popular, criticando a especulação imobiliária que eleva os custos de moradia e sobrecarrega os trabalhadores com aluguéis altos. Por fim, voltou ao tema da merenda escolar. Informou que, em reunião recente entre o Conselho de Educação e o Conselho de Alimentação Escolar, a secretária de Educação anunciou que houve negociação com fornecedores e reabastecimento parcial das escolas. Contudo, ainda não há condições de seguir o cardápio, pois faltam itens básicos. Ressaltou, em especial, que CEIs que atendem bebês continuam sem fórmula infantil, situação que considera inaceitável. Concluiu destacando que a merenda escolar é prioridade, pois sem ela a escola não funciona, e garantiu que seguirá acompanhando e cobrando soluções para o problema. Agradeceu e despediu-se. **3) PROFESSORA LIVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou que, se algumas escolas e centros de educação infantil têm merenda e outras não, o problema não é apenas financeiro ou orçamentário, mas sobretudo de gestão. Ressaltou que o corpo técnico, ao qual coube acompanhar, se esforça para trabalhar com os recursos disponíveis. Entretanto, apontou falhas graves na responsabilidade dos cargos comissionados, responsáveis pelo mapeamento da rede municipal e pela distribuição da merenda. Ela atribuiu que comprar merenda não é a função das diretoras nem das orientadoras pedagógicas, que têm outras funções específicas nas escolas. Reforçou que quem afirma o contrário desconhece a realidade da rede municipal de ensino. Abordou a questão da inclusão dos estudantes

com deficiência, denunciando os recorrentes atrasos nos pagamentos de estagiários e contratados em RPA, que são fundamentais para apoiar esse processo. Criticou o fato de a Secretaria de Educação utilizar o WhatsApp como canal oficial para comunicar os pagamentos, e questionou a falta de priorização do Executivo em honrar os salários desses trabalhadores. “Quem está em condições de trabalhar de graça?”, indagou, destacando a exploração a que estagiários, estagiários e trabalhadores em formação estão submetidos. Na sequência, direcionou seu discurso às servidoras e servidores sobre a reforma da previdência. Relatou a audiência pública realizada pelo governo na Casa dos Conselhos, na qual o presidente do INPAS apresentou uma proposta sem discussão prévia com a Câmara. A proposta, segundo ela, reduz o valor das pensões, retirando direitos de famílias de servidores que dedicaram décadas ao serviço público. Criticou também a tentativa de elevar a alíquota de contribuição previdenciária para 40%, sem que o censo do INPAS tenha sido concluído. Defendeu que qualquer alteração só pode ser feita com base em dados concretos e com amplo diálogo com todas as categorias do funcionalismo. Em seguida, citou publicação no Diário Oficial de 10 de setembro, em que a Prefeitura comunicou oficialmente a paralisação das obras da EMEI Professora Maria da Glória Queiroz de Vasconcelos, no Independência. Observou que a obra já estava paralisada há muito tempo e que apenas agora houve comunicação formal. Ressaltou ainda que outras obras também estão paradas, como a do CEI do Vicenzo Rivetti, cujo extrato de paralisação ainda não foi publicado. Ela considerou frágil a justificativa de falta de recursos, lembrando que a construção civil gera empregos e contribui para a cidade. Defendeu que a paralisação de obras escolares prejudica todo o funcionamento social, já que impede que mães deixem seus filhos em segurança para trabalhar. Criticou o prefeito por seguir o exemplo de gestões anteriores e estaduais que não priorizaram a educação pública, afirmando que isso tem levado à estagnação da cidade. Lamentou que o debate na Câmara precise se concentrar em questões básicas, como pagamento de servidores e obras paradas, quando poderia estar voltado a avanços maiores, como planos de cargos, carreiras e salários para a educação e saúde. Ressaltou que o atual governo não tem deixado legado para a cidade, que enfrenta ruas esburacadas, obras de encostas paradas e um cenário preocupante para os próximos meses. Por fim, alertou para as próximas audiências públicas de prestação de contas, que ocorrerão no fim de setembro, nas áreas de Fazenda, Saúde, Educação e Defesa Civil. Expressou preocupação com os dados que serão apresentados, considerando o panorama já caótico observado no Diário Oficial, e concluiu manifestando receio em relação ao rumo que Petrópolis poderá tomar nos próximos meses. Agradeceu e despediu-se. **4) TIAGO LEITE, PSD** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Informou que, através do Ministério da Saúde, foi anunciado pelo ministro Padilha que o número do cartão do SUS passará a ser o CPF. Segundo ele, essa mudança acaba com o transtorno enfrentado pelos pacientes que, por terem perdido ou esquecido o cartão, muitas vezes não conseguem marcar consultas ou exames. Ele destacou que, desde a criação do Sistema Único de Saúde, o cartão SUS sofreu alterações que, entretanto, não trouxeram benefícios efetivos à população. Agora, com o CPF sendo utilizado, o processo será agilizado, permitindo que o cidadão marque atendimentos mesmo sem portar o cartão físico, bastando informar o número ou até mesmo o tendo decorado de

memória. Parabenizou o governo federal e o ministro Padilha por esse avanço, ressaltando que o SUS já é uma conquista importante no Brasil quando comparado a outros países, como os Estados Unidos, que não conseguiram implementar um sistema semelhante. Ele afirmou que Petrópolis se destaca positivamente nesse contexto, pois colegas de outros municípios frequentemente recorrem à cidade em busca de melhor atendimento na saúde pública. Ainda assim, reconheceu que há muito a ser feito para aprimorar o sistema, já que, segundo ele, “quem sente dor não pode esperar”. Por fim, afirmou acreditar que o município está no caminho certo para avançar e melhorar cada vez mais a oferta de saúde pública, enfatizando que esta deve ser sempre tratada como questão de urgência e emergência. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS** o Senhor Presidente, passou à **ORDEM DO DIA**: Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 5478/2025 do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Léo França, do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3433/2025 do Vereador Dr. Aloísio; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Otávio Sampaio, da Vereadora Júlia Casamasso e do Vereador Marquinhos Almeida; Registre-se que o Vereador Wesley Barreto solicitou que constasse em ata sua manifestação destacando a importância do projeto voltado às pessoas vulneráveis, que enfrentam sofrimento ou doenças, bem como aos profissionais de saúde que atuam nos hospitais do município. Ele enfatizou que o trabalho dos capelães, líderes religiosos presentes nos hospitais, oferece amparo emocional, acolhimento psicológico e espiritual por meio de oração e orientação, proporcionando apoio fundamental aos pacientes. O objetivo do projeto é garantir que os capelães tenham espaço reservado nas unidades de saúde de Petrópolis para desempenharem esse trabalho de forma adequada. Ato contínuo. Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4154/2025 do Vereador Wesley Barreto; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Léo França e do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 6887/2025 da Vereadora Professora Lívia; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Léo França, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Otávio Sampaio; Colocado em discussão e votação única e em bloco das Indicações nº: 1051, 1053, 1058, 1881, 2048, 2049, 4023, 4024, 4025, 4359, 4900, 4901, 4935, 4936, 4937, 5075, 5080, 5081, 6956, 6957, 7048, 8237, 8239, 8240, 8256, 8344, 8346, 8355, 8356 e 8382/2025; as Indicações foram aprovadas com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Marquinhos Almeida; Registre-se que o Vereador Thiago Damaceno solicitou que justificasse a ausência do Vereador Marquinhos Almeida, pois este encontra-se adoentado; Terminada a **ORDEM DO DIA** e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezessete horas e cinquenta e oito minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia dezessete de setembro às quatorze horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins